

IDENTIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA NA MORTE E NO MORRER: REFLEXOS NA IMAGEM DA CIDADE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-012>

Data de submissão: 02/04/2025

Data de publicação: 02/05/2025

Amanda Botelho

Doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura e em Arquitetura
Universidade da Amazônia (UNAMA)
arcbotelho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0786-0551>
<http://lattes.cnpq.br/7997417982482674>

Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes

Doutora em História
Universidade da Amazônia (UNAMA)
marcianunes2011@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8345-3528>
<http://lattes.cnpq.br/008388965316521>

RESUMO

O afastamento da morte nas dinâmicas sociais modernas foi uma realidade alimentada pelo avanço da medicina, pela melhoria das condições sanitárias e pelo aumento da expectativa de vida. Esses fatores contribuíram para que a morte se tornasse um evento menos frequente no cotidiano das pessoas, deslocando-a do espaço público para o privado, e posteriormente, para o invisível. Assim, não sendo necessário lidar com ela de forma constante ou imediata, instaurou-se uma espécie de negação coletiva da finitude humana. Essa recusa em encarar a morte, entretanto, gera impactos profundos quando o indivíduo é confrontado com uma perda repentina, precoce ou considerada inaceitável, quebrando a ilusão de controle sobre a vida. Como resposta a esse rompimento, surgem formas diversas de entender, viver e expressar o luto e a morte na contemporaneidade, que variam desde práticas ritualísticas renovadas até a criação de espaços virtuais de memória. Esses novos modos de relação com a morte implicam, de maneira direta, nas representações físicas e sociais observadas nos espaços fúnebres atuais, como cemitérios, memoriais e plataformas digitais de homenagem, que refletem as transformações culturais e emocionais do homem moderno diante do morrer.

Palavras-chave: Espaço Fúnebre. Identidade. Morte. Imagem da cidade.

1 INTRODUÇÃO: UMA BREVE HISTÓRIA DA MORTE E DOS ESPAÇOS DO MORRER

Desde os primórdios os espaços de sepultamento, foram delimitadores das práticas civis e religiosas das sociedades. As sepulturas mais antigas confirmadas datam 80.000 a.C., antes mesmo do período paleolítico, e antes da presença massiva do cristianismo no estabelecimento dos rituais fúnebres. O homem paleolítico, seguidor das suas crenças e ritos característicos, vivia em busca da sua sobrevivência, ou seja, era nômade. Entretanto, os mortos foram os primeiros a ter morada permanente nessas sociedades primárias, sendo elas em cavernas, em uma cova assinalada por um monte de pedras ou em um túmulo coletivo, diferentemente das espécies antecessoras, como os Australopitecos, que não possuíam rituais de enterramento e deixavam os corpos se decompor ao ar livre.

Com a chegada do período Neolítico (10.000 a 5.000 a.C.) e das novas técnicas em pedra, os homens que não necessitavam mais viver trocando de morada, começaram a criar as comunidades. Com isso, os lugares reservados para os mortos também evoluíram, e as cavernas não davam conta da quantidade dos mortos, causando assim a necessidades de construir sepulturas artificiais, como os dolmens. Nestes espaços havia a oferenda de flores, enfeites corporais, ferramentas, armas etc., que faziam parte do ritual funerário desse povo. Neste momento há uma mudança considerável, mesmo que inconsciente, das representações fúnebres nas dinâmicas sociais, visto que a instalação desses povos em um território fixo, muda as noções do viver e morrer para cada ser individual e social desse grupo humano.

Para Rosmaita (2001) os rituais de sepultamento dos povos pré-históricos é um testemunho da vontade humana universal de manter controle sobre as forças naturais incontroláveis. Somente através da fé, a humanidade pode enfrentar o mistério último da existência. O homem desenvolveu ritos funerários sofisticados, não só para o benefício dos mortos, mas como um meio com o qual ele pode afastar o fantasma da morte.

Na Idade Antiga (4.000 a. C. à 476 d. C.), especificamente na Idade do Bronze, os locais de enterramento continuaram a se modificar, juntamente com o desenvolvimento do povo, e ornamentos, implementos de pedra e comida eram enterrados junto com o morto, justificando a crença de que esses itens seriam importantes na passagem da terra dos vivos para a terra dos mortos. Essa nova tradição fúnebre demonstra a constante evolução do morrer diante do que a sociedade naquele momento interpreta como padrão dos rituais fúnebres, sempre considerando as crenças existentes em cada período como principais fatores socioespaciais que determinam estas práticas.

Já para os Egípcios, na Antiguidade Oriental, a vida começava após a morte. Os lugares de enterramento dos mortos eram importantes para a sociedade egípcia, visto que o povo egípcio tinha como principal característica a veneração de seus mortos. A veneração era tão necessária, que é o

material usado para a construção dos templos e tumbas era a pedra, material superior a própria morada em vida, que era o adobe. Os defuntos que faziam parte da elite, como os faraós por exemplo, eram sepultados em tumbas monumentais, e repletos de enxovals riquíssimos, simbolizando a importância que eles representavam para a sociedade e seu poder central, diferentemente do restante da população, como os trabalhadores, que tinham seus corpos enterrados em locais comuns, como as cavernas. A partir deste momento, os signos relacionados à devoção, através da veneração, começam a se fazer presentes nas representações sociais de forma identitária, orientadora e justificadora desses ritos, e a presença da capela para orações se assimila facilmente com a realidade encarada pelos cemitérios oitocentistas, demonstrando a presença do sincretismo religioso nos espaços da morte.

Entre os gregos e romanos, da Antiguidade Clássica, as cerimônias aos mortos não se limitavam ao enterro, mas se perpetuavam entre os cuidados familiares ao túmulo de seus antepassados, visto que a morte é entendida como um ritual de passagem. Os costumes como inscrições nas lápides tumulares, colocação de flores e alimentos nos túmulos, são costumes gregos que perduram até hoje. Segundo Coulanges (2000), era de grande importância a sepultura para estes povos, visto que as almas dos corpos que não fossem enterrados, estariam condenadas a sofrer diversos sofrimentos, assombrar os vivos e prejudicar diversas plantações e colheitas. Por isso, os rituais visavam apaziguar as almas dos mortos e tornar os espíritos felizes, e não amenizar a dor dos vivos, como se entende na atualidade. A arquitetura funerária grega voltava-se para o templo destinado ao culto de diversos deuses, já que havia uma grande ligação religiosa com estes em virtude do grande número de mortos em guerras, naufrágios, terremotos, partos e doenças.

Eles esperavam que a religião lhe fosse útil. Teria esperança de que suas orações e vigílias tornassem sua vida melhor naquele momento, e não no céu, depois da morte. De uma forma mágica, participar de cerimônias lhe dava poder. Fazendo as oferendas certas, eles obrigavam os deuses ou os espíritos misteriosos que viviam em lugares sagrados a ajudá-lo (Macdonald, 1996, p.35).

Durante o século IV, precisamente no ano de 303, era proibida a prática cristã. Os rituais de sepultamento realizados principalmente pelos mártires do cristianismo, eram em catacumbas. Mais tarde, esses espaços se tornaram centros de peregrinação, fazendo com que os seguidores cristãos almejassem serem sepultados próximo aos restos mortais dos mártires, visando a garantia no paraíso e da ressurreição do corpo. Com a legitimidade da religião católica, durante o ano de 313, através do Édito de Milão, o clero passou a definir a vida dos fiéis, incluindo os costumes fúnebres deles. Neste momento, os sepultamentos passam a ocorrer no centro das cidades, no interior das basílicas, que eram moldadas especificamente para esta função. Com a religião católica já difundida por toda a Europa, os mortos são sepultados “no interior das igrejas, mosteiros e conventos, no solo, ou em túmulos de pedra,

dependendo da situação social” (Carvalho, 2012). A chegada da Peste Negra na segunda metade do século XIV, provocou a morte de milhares de pessoas em pouco tempo, isso possibilitou o abarrotamento de corpos no interior das igrejas, fazendo necessário desta forma, enterrar os corpos no pátio dela, que com o crescimento das mortes efetivadas pela peste, ocasionou na criação dos cemitérios ao lado ou aos fundos delas. Neste momento se inicia, singelamente, os primeiros rituais cristãos fúnebres que perpetuaram por vários séculos, e que ainda deixaram resquícios atualmente.

Ainda na Idade Medieval (Séc. V á séc. XV), os mortos de classes sociais econômicas e políticas mais privilegiadas eram sepultados nas igrejas ou nas suas imediações, no solo ou em túmulos de pedra, ao contrário dos oriundos das classes menos privilegiadas, que eram sepultados em campos afastados das cidades, em valas comuns. Porém o sagrado nesses espaços de inumação privilegiados não foi atribuído de maneira automática, só ser tornavam sagrados após um rito realizado por um representante da instituição eclesial. Posteriormente, os espaços fúnebres que se localizavam nas laterais das igrejas, e sendo complementar a mesma, se tornam lugares de sociabilidade entre os vivos, onde ocorria desde permuta de mercadorias até construção de tabernas e residências.

Com o fim da Idade média, a Igreja condena qualquer prática exercida nos cemitérios que não fosse o ritual funerário. No final do século XV, as bases do poder europeu modificaram-se, e ainda que muito influente, a Igreja Católica volta a ser dominada pelo estado, principalmente em virtude das crises geradas pela Reforma Protestante. Já no séc. XVII, a medida em que as igrejas protestantes avançavam, e a ordem cristã romana perdia espaço para novas ideias e atitudes diante o sagrado, para não perder mais fiéis, a Igreja necessitava renovar-se.

Com o crescimento populacional, condições insalubres, proliferação de doenças e as preocupações do estado com a saúde pública, no século XVIII, se inicia a proibição dos sepultamentos em templos, e opta-se pela descentralização dos enterramentos a partir da Declaração do Rei Luís XVI em 1776, propondo novos locais específicos para a realização desta prática e desativando o cemitério medieval, já que “os médicos defendiam que a localização ideal dos cemitérios era fora das cidades, em terrenos arejados, longe de fontes de água e onde os ventos não soprassem em direção às cidades” (Carvalho, 2012). Além disso, a crença na ressureição exigia um espaço físico para a realização do ritual fúnebre católico.

Qualquer outro destino para o morto – como a cremação, por exemplo – era repudiado pela doutrina cristã, sob a alegação de que outras práticas anulavam a imagem que se tem do sono à espera do despertar (Hipólito, 2011, p.1).

A partir do século XIX, esses novos “objetos coletivos na geografia urbana” (Souza; Ribeiro Filho, 2016), agora denominados de Cemitérios, surgem com aspectos formais do que vemos

atualmente, com muros e formato quadrado, como elucidado por Farguette-Vissière (2009). Os espaços de enterramento que anteriormente eram regidos por normas religiosas, passam a ter a “laicização do campo santo”, quando o estado rompe com a igreja e passa administrar esse equipamento urbano, com base em ações científicas e médicas. Entretanto ainda havia no cemitério a presença de mausoléus, túmulos e uma pequena igreja, que seria responsável por manter o local santo. Ou seja, apesar da laicização desses espaços, conquistada pela ambição da modernidade, as raízes cristãs fincaram signos e rituais que não foram distanciados dos cemitérios, possuindo características que vivenciamos atualmente, através dos velórios, devoção ao morto por anos após sua morte, missas que iniciam no 7 dia e persistem até o 1 ano de morto etc.

Os cemitérios, a partir do séc. XX rompem com o tradicional mausoléu em mármore e granito, os substituindo por lajes sepulcrais em parques arborizados, visto que as sociedades passam a silenciar a morte por temor, sendo tratada como morte-tabu e expulsando esses espaços cada vez mais do cotidiano das cidades. Além disso, são instalados longe dos centros das cidades, em decorrência da preocupação com a higiene e desenvolvimento urbano do centro. O afastamento da morte, nas dinâmicas sociais, foi uma realidade alimentada pelo avanço da medicina e expectativa de vida, que sugerem um fim distante, não sendo necessário lidar com ele no agora. Essa negação, cria impactos quando o homem lida com uma morte repentina ou inaceitável, e com isso estabelece formas diversas de entender, viver e demonstrar a morte atualmente, implicando desta forma, nas representações físicas e sociais nos espaços fúnebres que observamos nos dias de hoje.

2 O ESPAÇO FÚNEBRE COMO TERRITÓRIO COMUNICANTE

Durante todo o processo de consolidação do conceito de Espacialidade, a noção de espaço foi modificada de acordo com os avanços técnicos mediante a proporção, construção e reprodução. A nova perspectiva de espaço, principalmente no período da Renascença, procura aproximar o espaço representado com o espaço físico “experienciado”. Neste momento a geometria possibilita que os espaços começassem a ser percebidos como experiência e como uma comunicação, levando em consideração as manifestações ideológicas e culturais existentes na constituição histórica dos mesmos (Ferrara, 2007, p.12).

Percorrer essa construtibilidade nos levará a entender, não só, os países que os processos de representação desenvolvem para discernir manifestações materiais no panorama do desenvolvimento das competências técnicas da humanidade, mas sobretudo, perceber que a espacialidade era uma teoria do espaço enquanto comunicação ideológica da cultura e exige o resgate das manifestações presentes nas suas constituições históricas (Ferrara, 2007, p.12).

Tendo em vista que o espaço se comunica, as relações sociais existentes são subjetivas, pois o registro e os códigos visuais aplicados a eles são caracterizados de forma diversa, permitindo a este espaço uma comunicabilidade única. Ou seja, cada espaço irá possuir uma comunicação e experiência diferente para cada indivíduo e sociedade. O espaço passa a ser o real, o vivido, e não mais o ideal planejado graficamente (Ferrara, 2007, p.13).

[...] através do desenho e seus códigos, procurava-se mostrar que eles não eram simples instrumentalidade, mas deveriam ser fundamentalmente assimilados a fim de construírem similitudes guardadas em um arquivo mental e cultural para serem recuperadas em cada nova especialidade (Ferrara, 2007, p.14).

Trazendo as características do espaço com caráter simbólico, onde se enquadram os espaços fúnebres, é possível identificar que eles são territórios nutridos por signos, imagens e imaginários, os tornando territórios comunicantes (Ferrara, 2007, p.19). Os cemitérios se enquadram nesta designação, por serem territórios cheios de signos, imagens e imaginários diversos, assim como subjetivos para cada indivíduo, baseado nas crenças e cultura vigente para cada frequentador ou visitante.

Essa relação expandida, embora simultânea, das categorias representativas do espaço, nos possibilita perceber que, na realidade, aquela representação não é apenas gráfica como faz supor o espaço criado pela perspectiva, mas constrói, na representação, dimensões do espaço que já não são apenas físicas, mas perceptivas e comunicantes. As especialidades ensinam a ver além do espaço, pois o constroem cognitivamente à medida em que permitem que ele seja percebido através de estímulos visuais que caracterizam, ao mesmo tempo, a estrutura material e sensível que torna perceptível o espaço social (Ferrara, 2007, p.18).

Cada percepção neste espaço, derivado dos signos existentes neles, modificam as formas e frequência de uso para cada enlutado, e consequentemente, estabelecem um grau de preservação e sincretismo não só no cemitério como um todo, mas também em cada túmulo ou mausoléu. Desde a presença de flores e velas às devoções com roupas, alimentos etc., é possível caracterizar tais ações como estímulos visuais, que além de caracterizarem unicamente este espaço, criam uma estrutura material modelo que evidencia as trocas no espaço social.

O espaço social possibilita uma outra forma de entender os espaços, levando em consideração a cultura representada e o homem que utiliza de ferramentas para se comunicar. Esta comunicação, revela uma “civilização da imagem”, que através da imaginária produz imagens de imagens, que influenciam na percepção e na representação dos territórios comunicantes na cidade (Ferrara, 2007, p.12).

Ao tratar de uma abordagem mais ampla, quando se trata da cidade, os espaços são “dominados por sensações, sentimentos e comportamentos” (Ferrara, 2000a, p.82), e a cidade em si é um signo com espaços subjetivos e significados dentro dela. Esses signos transformam a cidade em um depósito

de marcas e de sinais do tempo, sendo assim a imagem da cidade revela leituras do tempo revendo a história da mesma (Ferrara, 2000b, p.169).

Estes aspectos históricos nas implantações dos cemitérios e espaços fúnebres, deixaram marcas nos processos históricos e físico-territoriais nas cidades em que vivenciaram essa mudança drástica da relação social das sociedades com a morte, na virada do século XVIII para o XIX. Marcas que determinaram rituais fúnebres que persistem até hoje. Os cemitérios são capsulas temporais que contam todo o processo humano e social vivido por uma cidade, e que possuem identidades fúnebres diversas, referentes a cada conceito de morte compreendido em cada época. A identidade fúnebre para cada indivíduo, assim como os cemitérios para cada frequentador, são diversos e subjetivos, ou seja, se comunicam de maneira específica e criam linguagens e imagens individuais, se tornando Territórios Comunicantes (Figura 1).

Figura 1-Devoções no Cemitério de Santa Izabel.



Fonte: Diário Online (2015). Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-349373-feriado-levou-milhares-aos-cemiterios.html>.

3 A IDENTIDADE FÚNEBRE

Tendo em vista que a identidade se constitui de uma interação entre a identidade individual e social (Andrade, 1995, p.63), a identidade fúnebre é consequência dos processos de luto individual e a percepção do luto e morte vivenciados pelas sociedades em vários momentos históricos.

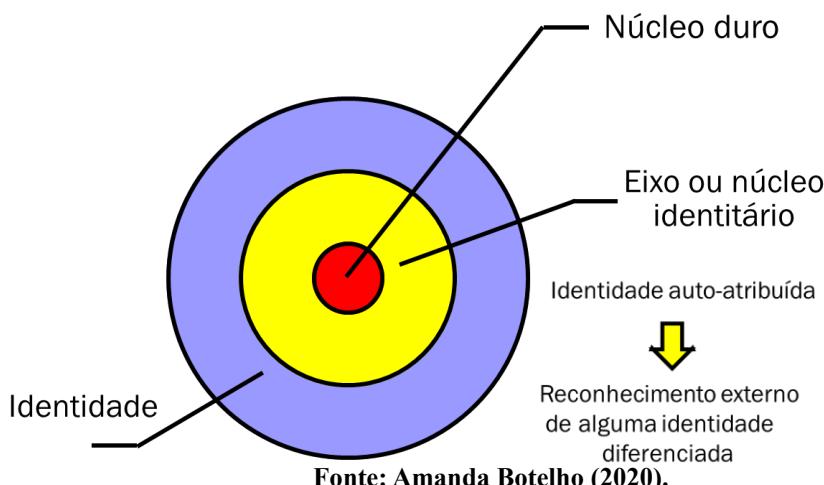
Primeiramente é preciso compreender a identidade a partir de vários autores que, determinam um conceito próprio. Para Andrade (1995, p.63) o conceito de identidade se determina pela relação interdependente entre o “eu individual” e o “eu social”. Ou seja, a identidade do indivíduo mais a consciência coletiva ou de grupo, que em conjunto estabelecem o conceito de identidade.

Iniciado historicamente pela escola francesa, que defendia uma articulação com fenômeno da identidade ao social, Lévi-Strauss debateu sobre o problema da construção e desconstrução da

identidade na visão da pluralidade, e com isto se verifica que as sociedades identificam a identidade como multiplicidade de elementos de acordo com as sociedades. “Portanto, a identidade cultural de cada povo seria exatamente a forma específica de ‘conectar’ e ‘desconectar’ uma série de elementos culturais em geral partilhados por todas as culturas” (Andrade, 1995, p.65).

A identidade, segundo Andrade (1995, p.66), é composta por um núcleo central, que é o responsável pela noção estática ou permanente da identidade, e o núcleo identitário, que corresponde as noções autoatribuídas, já que a identidade tem um papel acumulativo, e assim é possível que sucessivas mudanças ocorram ao longo da vida (Figura 2).

Figura 2- Esquema Gráfico da Identidade



Diante das mudanças que ocorrem no núcleo central, é importante citar que as mesmas ocorrem lentamente, e que só há mudanças profundas, quando há a mudança deste núcleo, já que haveria uma mudança na estrutura. Já o núcleo identitário pode girar em torno de uma identidade que polariza todas as outras, e absorve informações e conhecimentos externos que surgem ao longo da vida. A busca da identidade é uma reconstrução eterna (Andrade, 1995, p. 66). Ainda para esta autora, a Identidade é subjetiva e estável, porém tolera mudanças, que possibilitam as diversas ligações do eu individual e do eu social.

Num mesmo indivíduo convivem diferentes formas de identidade (Homem/mulher, adolescente/adulto, católico/protestante, trabalhador/patrão, esquerdista/direitista...). Em diferentes momentos da vida uma destas formas pode tornar-se predominante, mas não existiria uma verdadeira identidade, se a pessoa não tivesse a consciência de ser uma pessoa, de ter uma “identidade global”, que integrasse todas as “identidades fracionárias”. (Benassar, 1979¹, apud Andrade, 1995, p.66).

¹ BENASSER, Bartolome. “Avant Propos”. *Identités Collectives et Changements Sociaux- Production et Affirmation de L’Identité*. (Org. Pierre Tap). Colloque International de Toulouse. Toulouse: Ed.Sciences de L, Homme, 1979.

Ainda no debate sobre a conceituação da Identidade, Vasconcellos e Caetano (2014, p.3), defendem que ela é uma articulação de dimensões que são aparentemente contraditórias, além disso, é multidimensional, sincrética e tem caráter dinâmico. A identidade é como um acontecimento que faz parte do sujeito e está relacionada ao movimento de pertencimento destes, e promove a compreensão de si, através da participação dos sujeitos no processo social.

A identidade é o resultado de uma construção social e da complexidade do social. O processo identitário é estruturado através de uma inter-relação indivíduo e social, onde podemos verificar fatores psicológicos e sociológicos que se articulam. Portanto a identidade de cada um de nós está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social, responsáveis pela infinita produção de cultura (s) (Vasconcellos e Caetano, 2014, p.3).

Já para Rodrigues (2006, p.125), as identidades são representações, construções e narrativas discursivas que rotulam os sujeitos ou não sujeitos que fazem parte dela. Ao afirmar a identidade através de fronteiras simbolicamente construídas, define o pertencimento do sujeito a um grupo, nação etc. A identidade como identificação é uma invariante variável.

Outro conceito relevante para a análise identitária e representativa, é o referente às Representações sociais. Segundo Moscovici (2013, p.41), as representações não são criadas por indivíduos isoladamente, e quando criadas assumem uma autonomia, circulando e se encontrando, se atraindo ou se repelindo, dando oportunidade para o nascimento de novas representações enquanto as velhas morrem.

Dessa forma podemos enxergar a representação social como um entendimento que nos remete a existência de uma “sociedade pensante” na qual os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros “portadores” de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos (Sá, 1993, p.28).

Na perspectiva que a representação é como um produto da ação e da comunicação humana, ao comparar-se com a identidade podemos dizer que ela é o produto intersubjetivo, e a representação é a expressão dessa identidade, além de ter como função a manutenção dela. Além disso, “a representação é um processo de significação social de conhecimento produzido nas relações sociais de poder” (Vasconcellos e Caetano, 2014, p.7).

As representações coletivas são estáveis e possuem a capacidade de se penetrar nas consciências individuais que se constituem efêmeras, além disso, fazem parte dos sistemas de signos. “A representação social define o que lícito, tolerável e aceitável em um dado contexto social” (Silva, 2015, p.34).

Diante desta breve conceituação de identidade e representação social, quando trazemos para o aspecto fúnebre, é necessário considerar os diversos momentos históricos relatados anteriormente, pelos quais o luto e o morrer passaram. Com as mudanças de percepção da morte derivados das modificações sociais e sanitárias, há a atualização das representações sociais, que passam adquirir novos signos, e com isto a identidade fúnebre passa a vivenciar as leves mudanças na sua estrutura nuclear, como relatado na conceituação acima.

O morrer moderno, do século XIX, passa a fazer parte do núcleo central da identidade, quando o luto individual necessita se adequar com a novo luto social, regido a novas regras de postura. A mudança nos cortejos fúnebres, nas extrema-unções, nos velórios caseiros, para uma morte que se distancia cada vez mais do sagrado, do fim de uma necessidade de relação com a comunidade e com a demonstração dos sentimentos de maneira excessiva, somam uma identidade fúnebre moderna que possui signos presentes até os dias atuais (Maranhão, 2008, p.8). A identidade fúnebre pré-higienista representava uma intercessão do luto individual e do social, porém assim como a de hoje, as representações sociais, orientavam e justificavam aquela forma de morrer e viver este luto, visto que o morrer do moribundo está totalmente relacionado com o luto dos enlutados.

A dinâmica identitária fúnebre atual, que já possui características de um período posterior ao período do apogeu dos cemitérios oitocentistas, demonstra novamente, uma breve mudança no seu núcleo, cujo o morrer se desprende cada vez mais do sagrado cristão, quando notamos as tendências da cremação e cemitérios verticais substituindo de maneira gradativa os antigos sepultamentos em terra, e criando assim uma identidade fúnebre atualizada para um futuro onde as grandes áreas nas regiões metropolitanas não serão mais destinadas aos mortos, mas aos vivos. Tratando dessa identidade futura, é importante ressaltar que o momento pandêmico da Covid-19, possibilitou vivenciar parte dessas novas formas de lidar com o luto, mesmo que de maneira impositiva, e demonstrou que atualmente essa identidade temporária possibilitou uma grande ruptura com a realidade anterior, e que possivelmente tenha rompido de maneira tão drástica que passe a fazer parte da nova narrativa da Identidade fúnebre.

Tratando especificamente das representações sociais, quanto as práticas e relações sociais nos espaços fúnebres, as representações, através do sistema de signos, permitem: que o compartilhamento das representações ajudem a definir ou diferenciar os grupos, podendo ser perceptível esta prática nos cemitérios, quando dependendo das crenças dos frequentadores há a presença de representações e imagens distintas nestes espaços que caracterizam cada grupo pertencente; a orientação das práticas sócias, por serem guias de conduta, e com isso delimitarem as formas de usufruírem e vivenciarem

este espaço urbano; além de justificarem os comportamentos dos frequentadores que são influenciados por determinados rituais já pré-existentes no senso coletivo (Silva, 2015, p.36).

Segundo Silva (2015, p.38), é importante compreender que a representação social possui dois processos de elaboração, e utilizando os espaços fúnebres com exemplo, há o aspecto da objetivação, que permite que um processo desconhecido passe a ser familiar, assim como hoje os enterramentos nos cemitérios são taxados como normalizados, contexto completamente diferente dos séculos anteriores ao XIX, e o aspecto da ancoragem, que insere um objeto em um sistema pré-existente, bem característico do momento atual, onde em virtude da pandemia de Covid-19, houve a necessidade dos velórios virtuais em algumas cidades, para acalentar os enlutados das vítimas.

É evidente que a identidade e as representações sociais se comunicam, e desta forma ao alterasse a primeira, a segunda, por se tratar da expressão da identidade, tem suas representações modificadas também. Os espaços fúnebres lidam com um elemento da vida do homem que está em constante modificação, visto que diversos fatores vividos, como território, expectativa de vida, avanço nas técnicas da medicina, sincretismo religiosos, crenças etc., implicam na mudança do morrer, e com isso estabelecem novas representações sociais e identidades fúnebres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo todos os contextos históricos pelo qual o lugar da morte passou, a sociedade precisou se readaptar com os novos costumes, sejam eles pautados na ciência ou na fé. Esses costumes modificaram não somente as características físicas-territoriais desses espaços, como por exemplo a expulsão dos cemitérios para os subúrbios das cidades, mas também os elementos sociais que transformaram a morte naturalizada em uma morte temida. A cada passo novo desse elemento eterno na vida de todos, que é a morte, são verificadas alterações que vão do subjetivo ao físico. Hoje, o luto é vivenciado de maneira menos ativa presencialmente que antes, cujo rigores cristões de orações e missas, seguem sendo uma característica dos antigos. Esse fato se fortaleceu no momento da pandemia de Covid- 19, onde de forma impositiva afastou os devotos dos cemitérios assim como os recém enlutados que não puderam seguir todos os ritos comuns anteriormente para o último adeus. A tendências territoriais sempre foram, fatores predominantes na expulsão ou criação dos espaços cemiteriais nas cidades ou vilas. Anteriormente, como já elencado, a criação dos cemitérios foi consequência de uma mudança principalmente territorial nas cidades, e ainda por esta necessidade territorial nas grandes cidades, que há novas tipologias sendo criadas e absorvidas pela população, como a cremação e cemitérios verticais.

Diante de todas essas mudanças que os espaços fúnebres sofreram, é evidente que eles são espaços dinâmicos, mas principalmente subjetivos. São espaços que permitem uma subjetividade individual, pois promovem imagens e significados diversos, dependendo da percepção de cada uma. Os cemitérios ou espaços fúnebres, são espaços comunicantes porque comunicam informações e imagens diversas e possíveis de se modificar a cada instante, em cada momento que ocorra novas imposições visuais nelas. O cemitério é o espaço dos mortos que permanece vivo e em movimento.

Levando em consideração o caráter comunicante e todos os processos históricos-territoriais que os espaços fúnebres passaram, pode-se concluir que esses espaços possuem uma identidade fúnebre, mas mais do que isso, cada frequentador de cada espaço fúnebre revela identidades fúnebres próprias, que são consequência das percepções e comunicações que estes espaços e o restante dos frequentadores deles emitem. A identidade fúnebre, possui um núcleo central raramente modificado, somente quando há mudanças drásticas de comportamento e postura, como ocorridas na virada do século XVIII para o XIX, porém pequenas modificações de caráter sincrético e imagético são avistadas constantemente nesses espaços, através de mudanças de simbologias que seguem sendo modificadas, como o fim dos mausoléus e o início dos cemitérios parque com as lapides com menos ornamentos, e mudando drasticamente a paisagem dos novos cemitérios. Assim como a identidade, as representações sociais, expressões da primeira, possuem os mesmos traços dinâmicos quando se referem aos espaços fúnebres, visto que mutáveis como a identidade, seguem as alterações de costumes e práticas que envolvem as questões subjetivas do ser individual e coletivo.

Os aspectos fúnebres, desde os primórdios, sempre estiveram envoltos nas questões que transcendem somente o morrer. Partindo da ideia de que a morte não é a antagonista da vida, mas pertencente a ela, os rituais, os imaginários, as identidades e as representações, são fatores que tem total correspondência diante das mudanças de pensamento e comportamento na vida individual e em sociedade. As novas posturas sociais destinadas ao morrer e a morte, criam uma relação de dependência com a consciência individual, e vice-versa, formando assim uma identidade fúnebre com alterações eternas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. A.. A identidade como representação social. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa (Pb), v. 11, p. 63-73, 1995.
- CARVALHO, Hugo Pereira de. A inclusão do cemitério no espaço da cidade. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FARGETTE-VISSIONÈRE, Séverine. Os animados cemitérios medievais. 2009. Disponível em: <<http://historianovest.blogspot.com.br/2009/05/os-animados-cemiterios-medievais.html>>. Acesso em: 4 mai. 2016.
- FERRARA, L. Espacialidades do Espaço. In: [FERRARA, Lucrécia D'alessio]. *Espaços Comunicantes*. São Paulo: Annablume, 2007. pp. [9-24].
- FERRARA, L. A Imagem das Multidões. In: [FERRARA, Lucrécia D'alessio]. *Os Significados Urbanos*. São Paulo: Editora Edusp, 2000. pp. [81-97].
- FERRARA, L. A Imprecisão do Mundo. In: [FERRARA, Lucrécia D'alessio]. *Os Significados Urbanos*. São Paulo: Editora Edusp, 2000. pp. [163-174].
- HIPÓLITO, Paulo. Uma breve História dos Cemitérios, 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=148>>>. Acesso em: 08 de Abril de 2015.
- MACDONALD, Fiona. *Como seria sua vida na Grécia Antiga?* São Paulo: Ed. Scipione, 1996.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. *O que é morte*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 78 p.
- MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2013, p.41.
- RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 1, n. 9, p. 119-130, jun. 2006.
- ROSMAITA, Gregory J. *Resting in Peace*. [S.l.: S.n.], 2001.
- SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.28.
- SILVA, Valdirene Moura da. Representações sociais de tecnologia compartilhadas pelos professores e suas relações com a prática pedagógica em função da região em que atuam. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Matemática e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, Ivanaíla de Jesus; RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. Geografia e espacialização da morte. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luís. Anais[...]. São Luís: [S.n.], 2016. p. 1 - 11.

VASCONCELLOS, Lícia Maria Vieira; CAETANO, Vitor Nunes. Diálogo entre Representações Social e Identidade: considerações iniciais. In: IX SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E PROPOSTAS A ESCOLA E SEUS SENTIDOS, 9, 2014, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: [S.N.], 2014. p. 1-12.